



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007232-41.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Exclusão de associado**
 Requerente: **André Luís Russo Corsini**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

ANDRÉ LUIS RUSSO CORSINI ajuizou Ação de Nomeação de Administrador Provisório com Pedido de Antecipação de Tutela em face de **ASSOCIAÇÃO "INSTITUTO DE PESQUISAS DE SÃO CARLOS"**, sob o argumento de que a entidade encontra-se sem administração regular desde 10/01/2007, data em que se findou o mandato da última diretoria.

Requer a antecipação de tutela com a sua nomeação como administrador provisório, a fim de que possa, em nome da entidade, promover todos os atos necessários para a sua regularização, notadamente a realização de eleições para a escolha da nova Diretoria Executiva e dos integrantes dos demais cargos previstos estatutariamente, bem como convocar assembleias gerais necessárias.

O Ministério Público declinou de sua atuação (fl. 25).

A antecipação de Tutela foi deferida, sendo nomeado administrador provisório **ANDRÉ LUIS RUSSO CORSINI**, expedindo-se o competente Termo de Compromisso. O Administrador provisório nomeado informou que procedeu-se a eleição de nova diretoria, tendo sido regularizada a representação da Associação (fls. 41/43).

É o relatório.

Decido.

O feito comporta julgamento antecipado no termos do art. 355, I, do CPC.

Dispõe o art. 49, do Código Civil, que se a Administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório. Esta é, precisamente, a hipótese dos autos, pois a Associação vem sendo dirigida sem diretoria regularmente constituída. O Administrador provisório nomeado informou nos autos que procedeu-se a eleição de nova diretoria, tendo sido regularizada a representação da Instituição. Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I, do CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido para tornar definitiva a antecipação de tutela deferida.

Custas pelo requerente. Sem condenação em honorários, por se tratar de procedimento de jurisdição voluntária.

P. R. I.

São Carlos, 03 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**